

## DUALIDADE E DICOTOMIA DA GEOGRAFIA MODERNA

A especificidade científica e o debate recente  
no âmbito da geografia brasileira

Francisco MENDONÇA<sup>1</sup>

### RESUMO

A geografia moderna nasceu com expressiva característica dualística, evidenciada pelo tratamento da natureza por um lado e, por outro, pelo da sociedade e de suas dinâmicas. Com o aprofundamento destes dois ramos no século XX e com o desenvolvimento do pensamento crítico dentro da ciência, através do qual ressaltou-se o caráter ideológico do pensamento científico, o dualismo geográfico foi alçado à condição de dicotomia. Dualidade e dicotomia da geografia tornaram-se então, sobretudo depois da década de cinquenta, temas de acirrados debates na academia e nas entidades de congregação de geógrafos. Este tipo de debate intensificou-se dentro da geografia brasileira a partir do final dos anos setenta, tendo promovido um considerável distanciamento entre geógrafos físicos e geógrafos humanos. *Palavras-chave:* Geografia moderna; dualidade; dicotomia; geografia no Brasil.

### ABSTRACT

Modern geography originated with a strong dualistic character, putting the investigation of nature on one hand and society and its respective dynamics on the other hand. The consolidation of both branches of geography throughout the 20<sup>th</sup> century and the development of the critical theory in the scientific scene, which gave way to the ideological character of scientific thinking, transformed the original geographic dualism into the quality of a decernable dichotomy. The debate on the dual or dichotome aspect

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Docente da Universidade Federal do Paraná.

of geography turned out to be heavily discussed in academic circles and throughout geographic institutions, mainly after the decade of the 1950ies. In the Brazilian context, this type of debate was intensified in the end of the 70ies creating an increased distance between physical and human geographers.

**Key words:** Modern geography; duality; dichotomy; brazilian geography.

## INTRODUÇÃO

A dualidade/dicotomia e/ou unidade do pensamento geográfico tomou-se, sobretudo nos últimos vinte anos, temática de calorosos debates no seio da comunidade geográfica brasileira, embora seja uma discussão tão velha quanto a própria ciência geográfica moderna.<sup>2</sup> As inúmeras discussões travadas sobre ela, assim como o considerável volume de obras ligadas à epistemologia da Geografia,<sup>3</sup> permitem a formação de uma clara idéia relativa à breve história e evolução deste ramo do conhecimento.

A discussão desta temática, ou seja, da dualidade/dicotomia<sup>4</sup> ou unidade entre geografia física e geografia humana vem, genericamente, de encontro a uma recorrente solicitação dos estudantes de graduação em geografia que, perplexos diante da disparidade de disciplinas que compõem a formação geográfica universitária, aliada à ideologia expressa por cada um de seus mestres em relação à geografia que praticam, leva-os a uma paradoxal busca de unidade do pensamento

<sup>2</sup> Paul Vidal de LA BLACHE já apontava a ocorrência de discussões acerca desta temática no início do século XX, como se pode observar em: LA BLACHE, P.V. *As características próprias da geografia*. Trad.: MAYER, O.S. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, p.37-48, 1985.

<sup>3</sup> A maioria das obras relativas à epistemologia da geografia foi escrita por geógrafos ligados ao ramo humano/social da geografia. A leitura que se tem, por conseguinte, expressa uma visão parcial da história, evolução e produção do conhecimento geográfico, pois tal bibliografia trata da abordagem da natureza feita pela geografia ou geografia física, em geral de maneira muito superficial. Esta superficialidade está relacionada tanto ao desinteresse quanto ao desconhecimento do ramo físico-natural da geografia. Os geógrafos físicos, por seu lado, contribuíram muito pouco, no que diz respeito a publicações, para o avanço da análise da epistemologia da geografia como um todo e também para o seu ramo particular.

<sup>4</sup> A noção de dualidade encerra a concepção de interação de duas partes que formam um todo; no caso da geografia, diz respeito às suas duas partes integrantes: geografia física e geografia humana. Já a noção de dicotomia encerra a concepção de disputa, de conflito, onde as duas partes apresentam uma certa concomitância, donde a profusão de debates com temas do tipo "geografia física versus geografia humana".

geográfico. Esta discussão pode atender também, por um lado, aos anseios de um considerável número de geógrafos que buscam, incansavelmente, um claro estabelecimento de fronteiras entre o conhecimento da natureza e o conhecimento da sociedade produzidos no âmbito do conhecimento geográfico; por outro, pode alimentar a perspectiva da unicidade do pensamento geográfico de outros.

É muito difícil, para desenvolver um tal debate, despojar-se de impressões pessoais adquiridas a partir de experiências vivenciadas enquanto estudante (1980-1983), pós-graduando (1986-1995), professor universitário (1985-atualmente) e membro da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros (membro de direções – 1981-1991), e emitir uma leitura fria sobre o processo de construção da geografia no Brasil. Devido a tamanho envolvimento é que a análise aqui desenvolvida encontra-se evadida de forte conotação pessoal; ela acaba sendo, de certa maneira, uma avaliação da geografia a partir da constatação de que ela tem sido o resultado claro da prática dos próprios geógrafos.

O presente texto configura-se também, por assim dizer, num certo resgate histórico da geografia no Brasil através da análise dos últimos vinte anos. A maioria dos alunos que se formou em geografia nas universidades brasileiras após meados dos anos 80 não vivenciou o período de transição na AGB do final dos anos setenta, com forte impacto na geografia brasileira, e por isso desconhece a história, daí o porquê de se questionarem tanto sobre a dicotomia ou unidade do pensamento geográfico. Pouco se fala, entretanto, nos eventos da AGB, de forma detalhada e imparcial sobre aquele período, fato que em muito diminuiria a angústia dos estudantes. Não se trata aqui de expressar juízo de valor sobre um ou outro ramo da geografia, nem tampouco sobre a entidade; trata-se sobretudo de lançar uma luz sobre o passado recente para se compreender melhor a temática em questão, através de fatos fundamentais de seu processo histórico de construção.

Mas, afinal, a geografia possui realmente um caráter dualista ou dicotômico entre geografia física e geografia humana? É ela uma ciência humana ou da natureza? Teria realmente existido uma unidade do pensamento geográfico? Seria possível sua existência no contexto brasileiro? Como se caracterizava a geografia brasileira antes de 1978? etc. Para tratar de tantos questionamentos, e tornar a exposição de idéias menos confusa, dividiu-se a abordagem geral da temática em duas partes: uma relativa ao caráter da geografia como ciência, outra relativa à sua institucionalização. Esta segunda, pela sua complexidade, ainda permite no mínimo duas abordagens: uma que trata da institucionalização genérica da geografia e, a outra, particularmente relativa à trajetória da geografia brasileira a partir da ação da AGB.

Assim organizada a exposição de idéias, parece ficar mais fácil observar que dualidade e/ou dicotomia e unidade da geografia formam-se ou desaparecem e fortalecem-se ou enfraquecem dependendo do contexto no qual estão inseridas. De toda maneira, este texto configura-se muito mais num ensaio de idéias com o objetivo de levantar subsídios à compreensão de conflitos internos da geografia e do conjunto dos geógrafos que numa discussão aprofundada e exaustiva sobre a temática proposta.

### 1 - A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA

A dualidade do pensamento geográfico, no que concerne ao campo do conhecimento científico, caracterizada por um ramo que aborda os aspectos físico-naturais e outro que aborda os aspectos humano-sociais da superfície do planeta Terra, é o principal elemento a embasar o seu surgimento enquanto ciência moderna.<sup>3</sup> É este, aliás, um dos importantes fatos a assegurar a riqueza da geografia como ciência desde sua origem até a atualidade. Essa riqueza se expressa notadamente quando há uma maior evidência do caráter dualista, enquanto partes que se complementam, e não partes concorrentes, dicotomia.

Ao se observar a origem da geografia, enquanto campo do conhecimento científico no século XIX, detecta-se a importante contribuição de A. Von Humboldt, que produzia um conhecimento dos aspectos físico-naturais do espaço (ênfaticamente a noção de interdependência dos seus elementos) e a de Karl Ritter, que produzia um conhecimento dos aspectos humano-sociais (ênfaticamente a comparação e criando a geografia comparada).

A geografia, ciência moderna, nasce dualista: um ramo volta-se ao estudo do espaço físico-natural da superfície do planeta e outro ao humano-social; esta era a característica da nascente geografia alemã,

<sup>3</sup> A instituição da ciência moderna tem como uma de suas premissas básicas o recorte da realidade em partes distintas e desconexas como passo necessário para a compreensão da mesma e, portanto, para a produção do conhecimento. Aplicando princípios do positivismo e do cartesianismo é que o conhecimento humano, até então produzido através do senso comum, da arte e da filosofia, passa a ser concebido como científico. Porém, a geografia, como de resto todas as outras ciências, reflete um momento histórico da sociedade cujo pensamento dominante tinha uma leitura do mundo de forma compartimentada. Há uma vasta bibliografia que trata deste assunto; duas, bem recentes e editadas em língua portuguesa, abordam-no de forma clara, direta e não muito extensa: CHAUJ, M. *Convite à História*. São Paulo: Ática, 1995, e CAPRA, F. *O Fim de Mutações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

cujo enfoque era mais naturalista que humanista. Excetuando-se a geografia francesa,<sup>4</sup> que procurou dinimir esta dualidade através da análise regional (Vidal de La Blache), mesmo dando mais ênfase ao ramo humano-social, a geografia produzida por americanos, noruegueses e soviéticos deu maior ênfase na abordagem físico-natural dos lugares.

As influências do pensamento de I. Kant e Montesquieu na obra de Karl Ritter e de alguns de seus seguidores possibilitaram o desenvolvimento de análise da troca de influências entre o meio-natural e o homem. Foi nesta perspectiva de interações que se desenvolveu a corrente do ambientalismo na geografia, uma primeira manifestação de unidade do pensamento geográfico. Também na vertente do ambientalismo geográfico, Elisé Reclus deu, diferentemente da ótica ritteriana, uma enorme contribuição à evolução da geografia e reforçou a noção de unidade do pensamento geográfico.

A corrente ambientalista logrou curto sucesso no início do século e a ciência geográfica se desenvolveu, então, apresentando tanto aspectos de dualidade quanto de unidade, fato que não comprometeu seu caráter científico. Ainda assim, observa-se que há uma maior expressividade de sua particularidade dualística, como bem o sintetizou Pierre George<sup>5</sup> ao considerar que

... uma certa dualidade de abordagem está na natureza das coisas. Todo "estado" de uma porção mais ou menos extensa da superfície da Terra, também compreendida as porções que são qualificadas de "desertos", procede de duas dinâmicas de ordem diferente: aquela dos fenômenos físicos, que obedecem a "leis naturais" que regem os equilíbrios complexos de fatores heterogêneos, e aquela da evolução do patrimônio cultural, quer dizer, marcadas por ações humanas sucessivas, superpostas e impostas, às vezes pouco sensíveis, às vezes esmagadoras ao ponto de ocultar o quadro material inicial...

<sup>4</sup> Segundo LACOSTE, "uma das características da escola geográfica francesa, que é uma das mais antigas, é de a de procurar levar em conta tanto os fenômenos "físicos" quanto os "humanos". Uma tal atitude, se a gente se põe a refletir sobre ela, não existe sem levantar difíceis problemas epistemológicos, em razão das grandes diferenças de métodos e de pontos de vista que existem entre as ciências naturais e as ciências sociais. E mais, após mais de vinte anos, os geógrafos franceses se interrogam sobre a validade de sua concepção da geografia e eles se questionam se ela é mesmo uma ciência." *fr.* LACOSTE, Y. *Les géographes, l'action et la politique*. *Herodote*, n.33-34, p.3-32, 1984.

<sup>5</sup> GEORGE, P. *Les hommes sur la terre*. *La Géographie en mouvement*. Paris: Seghers, 1989. Citação extraída do subitem intitulado "Dualité ou unité" (p.11) da introdução cujo título é "Unité et Hétérogénéité de la géographie".

Em muitos casos, entretanto, é mesmo muito difícil estabelecer correlações entre elementos da natureza e da sociedade sem cair em generalização extrema e enciclopedismo. Esse risco não isenta, entretanto, a necessária crítica a produções geográficas que, de tão profunda especialização, não relevam nem mesmo a espacialização dos fenômenos estudados.

Entende-se assim que a crise que marca a dualidade/dicotomia ou unidade da geografia não diz respeito ao seu *status* científico, mas sobretudo às suas diferenciadas concepções e institucionalizações por parte dos geógrafos. Tentar transformá-la numa ciência mais físico-natural ou mais humano-social significa incorrer em grande risco de seu empobrecimento ou de perda da identidade geográfica.<sup>8</sup>

A geografia é, observando-se seu desenvolvimento ao longo do século XX, um conhecimento científico tanto físico-natural quanto humano-social, tendo sido produzido ora com mais ênfase num aspecto, ora noutro, ou mesmo buscando uma unidade dos mesmos através do estudo integrado da relação estabelecida entre a sociedade e a natureza de uma determinada porção do território. Enquanto ramo do conhecimento, ela se alinha dentro das ciências humanas.<sup>9</sup>

A linha geoambiental, de cunho ecológico e bastante diferenciada daquela do início do século que tomou vigor dentro da geografia a partir da década de setenta, caminha neste sentido – o da unidade do pensamento geográfico, buscando alinhar-se à expressiva demanda social pelo equacionamento de problemas ambientais que afligem a humanidade neste final de milênio. Os geógrafos físicos, por um lado, lançaram-se com entusiasmo para atender a este chamamento, tendo mesmo se aberto para a abordagem de aspectos sociais na análise ambiental, como bem o identificou Manuel C. ANDRADE<sup>10</sup> ao afirmar que

<sup>8</sup> A difusão de concepções como a teoria do caos, das catástrofes, dos fractais etc. e/ou da complexidade tem inspirado em alguns geógrafos a possibilidade do tratamento da realidade através de uma outra perspectiva. Entretanto, a produção do conhecimento geográfico, mesmo que superficial, através destas teorias inovadoras de apreensão do real, leva à necessária transformação ou negação dos procedimentos e concepções vigentes. Senão, dito de outra forma, uma negação do *status* disciplinar do conhecimento geográfico, haja vista que em tais teorias os princípios do holismo do conhecimento são muito expressivos e, por natureza, opostos à fragmentação da realidade pela sua compreensão.

<sup>9</sup> Já tivemos oportunidade de publicar uma rápida análise desta questão, através da Coleção Repensando a Geografia, da Editora Contexto, no ensaio *Geografia Física: Ciência Humana?*, que se encontra atualmente em sua 5ª edição.

<sup>10</sup> ANDRADE, M.C. *Geografia - Ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987. Citação extraída do capítulo 10 (*Geografia e Ação*), subitem "A corrente ecológica", p. 119.

... Mesmo quando especialistas em geografia física, a formação ampla fornecida pelos cursos de geografia tem dado aos geógrafos a competência para apresentarem críticas à política antiecológica dos governos e das empresas, colaborando com especialistas de áreas diversas para aprontar soluções, quase sempre mais racionais que as apenas econômicas, ou melhor, economicistas. Em muitos pontos, eles se aproximam do grupo dos chamados geógrafos críticos ou radicais, enquanto em outros se contactam com o grupo que faz a geografia da percepção e do comportamento.

Os geógrafos humanos, por outro lado, ancorados ainda numa concepção naturalista do ambiente, não se abriram para a enriquecedora interação com os geógrafos físicos neste tão vasto e promissor campo de atuação. Consta-se assim que mais uma possibilidade histórica da unidade da geografia não está recebendo a devida atenção por parte dos<sup>11</sup> geógrafos humanos; é a geografia, enfim, que está perdendo um importantíssimo espaço de atuação.

Várias são, felizmente, as concepções da geografia, sendo que cada geógrafo advoga por aquela que lhe é mais condizente. Neste aspecto, o caráter mais social ou mais natural da geografia, ou mesmo sua unicidade, depende da própria opção de cada geógrafo.

## II – A GEOGRAFIA INSTITUCIONALIZADA

A geografia moderna para atingir o *status* científico teve que se institucionalizar, ou seja, uma vez estabelecidos seus princípios científicos, passou a compor o rol de disciplinas (ensino) e o ramo de investigações (pesquisa) de diversas instituições (escolas, laboratórios, governos, etc.).

Da realidade do século XIX para a do final do século XX a geografia acadêmica expandiu-se da Alemanha para grande parte das escolas do mundo. Por um bom período de tempo o conhecimento geográfico esteve mais voltado ao "descobrimento" e descrição dos lugares, dando maior destaque ao quadro físico-natural, fornecendo assim as bases para a consolidação das relações capitalistas de produção no espaço que se expandia (o conhecimento necessário para a ação do Estado). Este conhecimento "estatal" do espaço, aparentemente "neu-

<sup>11</sup> No ensaio intitulado *Geografia e Meio Ambiente*, publicado também pela Editora Contexto, discorremos mais detalhadamente sobre esta temática.

tro", com características diferenciadas daquele produzido nas academias de ensino, deu origem a uma dicotomia da geografia ("geografia do Estado" e "geografia do ensino"), fortemente criticada e condenada por Yves Lacoste a partir de final dos anos 60, pois que revelou o caráter ideológico deste campo do conhecimento.

Cada instituição, estatal ou não, desenvolveu um ou outro ramo da geografia de forma mais enfática que o outro. Algumas academias ou centros de pesquisa pautaram-se por um caráter mais humanista, outros mais naturalista; poucas o fizeram de forma integrada e, nestes casos, o fizeram sobretudo na perspectiva ambiental.

Possuindo normatizações explícitas para a condução de suas produções de ensino e/ou pesquisa, as instituições exerceram papel muito forte sobre a conduta dos geógrafos do que permitiram a liberdade de suas práticas. As instituições, todavia e de forma genérica, são construções sociais através das quais as idéias ou projetos de indivíduos ou grupos são veiculadas ou materializadas; dessa forma compreende-se que são os fundadores ou dirigentes das instituições aqueles que estabelecem suas metas e práticas. Os jovens profissionais, ao ingressarem no mercado de trabalho, deparam-se com diretrizes estabelecidas e metas políticas consolidadas, o que impõe consideráveis barreiras a projetos de mudança na conduta das mesmas. Dependendo da expressividade e influência de um líder ou grupo numa determinada instituição, sua linha de pensamento ou concepção política pode determinar o desenvolvimento da mesma por um longo período de tempo, tal é o caso da geografia lablachiana no Brasil.

Alguns exemplos dos caminhos da institucionalização da geografia no Brasil são bastante reveladores do seu aspecto dualístico, dicotômico ou unitário. No âmbito das universidades brasileiras, por exemplo, há uma influência majoritária da linha francesa (monográfica e dualística), iniciada com a fundação do curso de geografia na USP (Universidade de São Paulo) por Pierre Defontaines, em 1934. A geografia praticada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e na UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", de Rio Claro/SP) foram as únicas a destoar um pouco do uníssono franco-geográfico no país, tendo tido considerável influência norte-americana e alemã, mas nem por isso foi de caráter menos dual.

No campo das instituições de pesquisa brasileiras, a dualidade do conhecimento geográfico não foi menos expressiva que nas universidades. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o RADAM-Brasil (Projeto Radar da Amazônia, já concluído), para exemplificar com duas das maiores instituições brasileiras de pesquisa de cunho geográfico, sempre apresentaram em seus organogramas

divisões distintas em geografia física e geografia humana. Estas instituições fizeram, corroborando a análise de Yves Lacoste, a "geografia do Estado brasileiro", enquanto aquelas outras a "geografia do ensino", pois sempre foram as responsáveis pela formação dos quadros do magistério de primeiro, segundo e terceiro graus.

Por outro lado, a coabitação geografia humana e geografia física na mesma instituição não se constitui numa contingência científica, embora seja um fato nas academias de ensino e de pesquisa no Brasil, o que revela ainda uma vez mais a influência da linha francesa na institucionalização da geografia brasileira. Em vários outros países, alguns vizinhos sul-americanos, a parte relativa à geografia física encontra-se alocada junto às ciências naturais, e a geografia humana junto à filosofia e ciências humanas. Este aspecto revela também o papel desempenhado pelas instituições na produção do pensamento geográfico.

A institucionalização da geografia através de uma entidade de representação dos geógrafos (AGB) data do mesmo ano de fundação do curso de geografia da USP. Revestida então de outro caráter que não o das instituições supramencionadas e possuindo um fórum de deliberações dos caminhos da entidade mais flexível que o daquelas, a AGB desempenhou importantíssimo papel nos rumos da geografia brasileira, fato que nos levou a tratá-la de forma individualizada no próximo item.

### III - A GEOGRAFIA E A AGB

A AGB, entidade de caráter científico-cultural de representação da geografia no Brasil, foi criada para ser o fórum livre do debate de idéias científico-políticas dos geógrafos, e de certa maneira também seu canal de reivindicações. De acordo com seus princípios, a entidade não deve estabelecer práticas ou políticas em favor ou detrimento de um ou outro ramo da geografia.

Durante seus primeiros quarenta e quatro anos, ou seja, de 1934 a 1978, a entidade refletiu não somente as características da geografia de então (chamada de "geografia tradicional") mas também as formas de organização sócio-institucionais predominantes no período. Segundo Manuel C. ANDRADE,<sup>12</sup> a AGB tinha nos seus quadros

<sup>12</sup> ANDRADE, M.C. Geografia - Ciência da sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. Parte do item 7.4, à página 91, intitulado "A contribuição da AGB".

... sócios efetivos, geralmente geógrafos que possuíam trabalhos publicados e que teriam influência na administração superior da associação, e sócios colaboradores, estudantes, pessoas interessadas em geografia e iniciantes na profissão, de todos os Estados.

A diretoria da entidade refletia, assim, um princípio hierárquico, sendo composta somente por profissionais da geografia, tendo os estudantes de geografia papel secundário na mesma, pois a associação entendia que entidades como diretórios acadêmicos e UNE (União Nacional dos Estudantes) eram os fóruns de representação destes. A AGB reunia, em sua direção, tanto geógrafos físicos quanto geógrafos humanos.

O cenário social, econômico e político mundial apresentou acirramento de inúmeras contradições no período pós-segunda guerra, notadamente nos anos 60 e 70, fato que evidenciou de forma flagrante expressivas injustiças sociais. Aquele novo contexto passou a exigir das estruturas de decisão e do meio científico respostas para os problemas sociais, dado que até ali dirigentes e cientistas encontravam-se muito encastelados em seus ofícios. Os geógrafos passaram então a preocuparem-se de forma mais direta com os graves problemas sociais e ambientais e, em atitude de descontentamento em relação à "geografia tradicional", desenvolveram a geografia crítica e/ou radical (inicialmente nos Estados Unidos e Europa) cuja característica principal era a leitura da realidade a partir da teoria marxista.

Esta corrente exerceu influência mais direta na geografia brasileira a partir da década de 1970, cujas primeiras manifestações se deram, dentre outros, através das obras de Josué de Castro e Caio Prado Júnior, da realização do Seminário Renovação da Geografia (1973, no Rio de Janeiro) e de algumas publicações de Milton Santos. A história política do Brasil foi marcada, no final daquela década, pelo início do processo de redemocratização do país através de reivindicação popular organizada em movimentos sociais.

Um grupo de geógrafos insatisfeitos com a postura da AGB diante das transformações sociais e políticas por que passava o país e contrários à forma de organização da entidade se insurgiu contra sua diretoria e, no Encontro de Geógrafos ocorrido em Fortaleza em 1978, tomou sua condução. Trazendo para o interior da associação suas práticas político-partidárias alteraram, já em 1979 e 1980, o estatuto da entidade (estudantes passaram a ter voz e voto em igualdade aos profissionais, por exemplo) e a condução do pensamento geográfico passou a ser elaborada segundo a concepção da geografia crítica. A geo-

grafia física, tida pela nova condução da entidade (não de forma muito explícita) como ligada à "geografia tradicional" e de direita, porque não politizada, viu-se excluída das instâncias diretivas da entidade, repetindo um pouco a história do que ocorreu na Alemanha, como o observou Florence TRYSTRAM para a realidade germânica no início do século ao apontar que<sup>15</sup>

No momento em que o nacional-socialismo se instalou na Alemanha, o vigoroso movimento geográfico periclitou: os geógrafos tiveram que, de bom grado ou não, se colocar ao serviço das teses do partido. A geografia física foi desprezada, e a geografia humana e política tornou-se ferramenta de propaganda. Por outro lado numerosos geógrafos alemães partiram então para os Estados Unidos, onde vivificaram a escola americana.

Parece ter ficado claro muito rapidamente para aquela nova AGB que poder-se-ia excluir geógrafos físicos do cotidiano da entidade, mas não a geografia física, era então preciso transformá-la. A temática ambiental passou, então, a desempenhar este papel pois que, segundo a ótica da geografia crítica, ela vinha a ser a versão crítica da geografia física, pois que demandava um comprometimento com a sociedade. Entretanto, temática ambiental nunca foi sinônimo de geografia física; foi e é, isto sim, um campo profícuo de atuação de geografia como um todo e particularmente da geografia física.

A AGB, nos vinte anos que se seguiram, portanto até a atualidade, desenvolve primordialmente uma concepção de geografia humana, através da corrente da geografia crítica. Isto se refletiu claramente na composição das diretorias da entidade que se sucederam após 1978, tanto quanto nos temas e conferencistas dos encontros e congressos bianuais da entidade realizados neste período. Em muitas ocasiões, até mesmo oficiais, ouve-se o questionamento, a título mesmo de zombaria, sobre se a geografia física existe (e para quê). A argumentação de Max DERRUAU,<sup>16</sup> a este propósito, é bastante elucidatória quando diz que

<sup>15</sup> TRYSTRAM, F. *Terra! Terra! De l'Olympe à la Nasa, une histoire des géographes et de la géographie*. Paris: JCLattès, 1994. Citação colhida do capítulo XXVI, "La géographie au XX siècle", subitem "L'école allemande" (p.480).

<sup>16</sup> DERRUAU, M. *Composantes et concepts de la géographie physique*. Paris: Armand Colin, 1996. Citação extraída de subitem da Introdução, intitulada "La géographie physique dans la géographie".

... Muitos geógrafos modernos acreditaram que o homem transformou de tal maneira certas partes do planeta (as zonas urbanas principalmente, e ninguém ignora a que ponto elas se estenderam!) que o papel da natureza no quadro da terra é quase nulo, que se deve então substituir o objeto tradicional da geografia – o estudo da interação do homem e da natureza – pelo estudo do homem no espaço. A geografia se apresenta então como uma ciência somente humana dentro de uma geometria. Acaba-se por abandonar totalmente o substrato físico em proveito de um espaço que tem a vantagem de não se preocupar com os dados e técnicas das ciências da terra. Trabalha-se então seja sob o concreto da obra humana estabelecida sobre tábua rasa, seja sob o conceitual especializado. Identifica-se geografia e geografia humana. Como o disse André-Louis Sanguin, a geografia "tornou-se o exemplo único da migração de um campo científico (grito do autor) passando das ciências naturais às que-las das ciências sociais". Cabe ao nosso leitor julgar se os anunciadores desta migração são geniais antecipadores ou se antecipar dessa maneira não é vender a pele do urso antes de tê-lo matado.

Afastando-se da entidade, os geógrafos físicos passaram a se congregarem nos Simpósios Brasileiros de Geografia Física Aplicada que se iniciaram em meados dos anos oitenta na cidade de Rio Claro. Estes eventos foram paulatinamente adquirindo importância, sendo que o último simpósio, realizado na cidade de Curitiba em 1997, reuniu cerca de 1.000 participantes e recebeu a inscrição de cerca de 510 comunicações científicas.

Pode-se então falar de dicotomia da geografia no Brasil neste novo contexto, ou seja, no período que vai dos anos setenta até a atualidade, pois que as tendências políticas majoritárias da entidade alçaram a dualidade do pensamento geográfico a condição dicotômica; os aspectos físico-naturais dos lugares passaram a ser confrontados com os humano-sociais, sendo que, para a entidade, os primeiros são secundários e/ou desprezíveis na análise geográfica.

Todavia, a AGB, tanto quanto os geógrafos físicos, parece não estar muito preocupada com esta divisão e nem tampouco parece haver interesse, de ambas as partes, pelo que a outra está fazendo, nem mesmo em termos de produção intelectual em geografia. A divisão é mesmo factual e a reaproximação não parece constar do horizonte próximo de nenhum dos dois segmentos.

Os questionamentos relativos à dualidade/dicotomia ou unidade da geografia, parece, continuarão por longo tempo na cabeça dos estudantes e dos geógrafos mais preocupados com o campo epistemológico de seu conhecimento. Neste sentido, talvez a conclusão de Richard H. Bryant sobre a divisão entre geografia física e geografia humana auxilie a tornar mais ameno o questionamento; para ele a referida divisão "tomou-se mais uma questão de ponto de vista que de substância".<sup>15</sup>

Pode-se concluir assim que as práticas e políticas da AGB, após 1978, levaram ao aprofundamento da dicotomia do pensamento geográfico no Brasil. Desmistificar esta dicotomia, realçar os aspectos relativos à dualidade do pensamento geográfico e sua riqueza e esclarecer estudantes quanto à unidade da ciência geográfica, é indubitavelmente também um dever da entidade.

<sup>15</sup> Citado em DERRUAU, M. Introduction. In: *Composants et concepts de la géographie physique*. Paris: Armand Colin, 1996. (p.11-24).